

Categoria
Trabalho Acadêmico / Artigo Completo

ATRAVÉS DE “O CORTIÇO” UM OLHAR ACERCA DA SAÚDE, SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE: UMA ENCRUZILHADA HISTÓRICA

Nilzete Ferreira¹

Antonio Carlos de Miranda²

RESUMO: A cronologia e referencial da história vão além de seus becos e vielas, em espaços, muitas vezes, insalubres a existência humana traduzindo sua relação com o ambiente e sua saúde. Buscamos neste artigo as analogias da obra literária *O Cortiço*, de Aluísio de Azevedo, de 1890, onde ambiente, saúde e saneamento se inter cruzam muitas vezes, numa fala poética e política cuja interseção é fragmentada no processo de desenvolvimento. No curso da história, as diferenças entre habitação e população repercutia na urbanização em vários locais do mundo, numa visão técnico-sanitarista. A saúde aliada ao paradigma dos higienistas tornou o ambiente “medicalizável”, as classes pobres poderiam ser

¹ Mestre em Ensino nas Ciências da Saúde e do Ambiente, Professora do Centro Universitário Augusto Motta (UNISUAM). nilzeteferreira@ig.com.br

² Doutor (UNICAMP). Pesquisador do Programa de Mestrado em Ensino de Ciências. (UNIPLI). mirantam@ig.com.br

comparadas à “vetores” perigosos para a sociedade. O saneamento básico no mundo contemporâneo já aponta para a finalidade de promoção da saúde do ser humano em relação ao seu meio ambiente, pelo menos em suas legislações sendo o abastecimento de água, esgoto sanitário e coleta de resíduos sólidos pontos fundamentais nesta promoção da saúde. O ambiente e as condições de saneamento retratam o contraste de uma época, em busca de um desenvolvimento econômico em detrimento das condições sociais reproduzindo uma história.

Palavras-chave: Saúde, saneamento e meio ambiente.

1. INTRODUÇÃO

Ao nos defrontarmos com a história do próprio ser humano, observamos não só a produção, mas também a reprodução como um inconsciente coletivo e é nas artes, tão expressa em séculos passados, trazemos as analogias da obra literária *O Cortiço*³, de Aluísio de Azevedo, de 1890, exemplificando, através de seus personagens, a busca desenfreada pelo capital como *João Romão* ou a qualidade de vida (ar fresco, quintal, sol, entre outros) pelo personagem *Miranda*. A cronologia e referencial da história vão além de seus becos e vielas, em espaços, muitas vezes, insalubres, a existência humana traduzindo sua relação com o ambiente e sua saúde.

Cabe frisar que vemos na urbanização o instrumento de intervir e alterar o espaço alimentando o paradigma do desenvolvimento. Esta urbanização explora a discussão não do para além, mas para dentro do nosso próprio espaço, as metrópoles cada vez sendo território de lutas e conflitos nas relações de poder, em detrimento a qualidade de saúde do homem e do seu ambiente.

³ O Cortiço é considerado um romance naturalista com base na influência das teorias do século XIX (evolucionista e determinismo biológico) onde as histórias dos personagens se cruzam com o personagem João Romão, português, que busca na ambição a ascensão social e Miranda como um homem rico que almeja a nobreza, as personagens femininas são reduzidas a objeto desvalorizado com ênfase na sua sexualidade.

Assim, saúde, saneamento e meio ambiente se inter cruzam muitas vezes, numa fala poética e política cuja interseção é fragmentada no processo de desenvolvimento, esquecendo que o ser humano é parte deste espaço, colaborando para melhoria ou deteriorização do próprio espaço vivido. Para Rosen (1994), “os maiores problemas de saúde que os homens enfrentaram estiveram relacionados com a natureza da vida comunitária.” Podemos verificar a história da saúde sendo reproduzida ou podemos utilizar o termo, globalizada com epidemias, surtos entre outros vem acompanhando a evolução do vivo, mesmo com a cientificidade a disposição, este homem repete independente do continente, a história de séculos.

Na cidade industrial, o desenvolvimento das Ciências, não garantiram, mesmo com sua cientificidade, melhorias no sentido global. O desafio ambiental está mais presente e se faz necessário pensar novas propostas, em busca de uma melhor qualidade de vida do ser humano repercutindo em sua saúde. Neste sentido, o saneamento básico no mundo contemporâneo já aponta para a finalidade de promoção da saúde deste ser humano em relação ao seu meio ambiente, pelo menos em suas legislações, fazendo do saneamento ambiental um vínculo com a saúde.

2. DESENVOLVIMENTO

Embora Rosen (1994) aponte, na história de antigas civilizações, soluções de abastecimento de água e esgoto, nos deparamos com situações opostas no decorrer da história mais recente da humanidade. Um exemplo, está na evolução das cidades gregas com suas majestosas construções, ilustra um período em que de um lado suas ruas largas, sistemas de suprimento de água, casas de banho, teatro, por outro, as condições de higiene relacionadas ao destino dos dejetos humanos e até mesmo aos cadáveres, eram tolerados no próprio espaço. O avanço da cidade, de certa forma, a deixava indefesa diante dos ataques dos inimigos, um ciclo de destruição e construção, resultado das guerras em busca de novas conquistas territoriais. Roma cresce de forma vigorosa, mesmo com suas obras pioneiras de engenharia, o proletariado se aglomera na falta de habitação, enquanto os grandiosos palácios continuam destinados a uma pequena porção da elite. Independente da época, vemos no dinamismo urbano questões

envolvendo vários interesses, sejam eles em benefício da sociedade ou não. Como afirma Glazer (1977, p.192):

a renovação urbana foi criada por uma aliança dos que procuravam reformar e dos que procuravam lucro. Os planejadores e defensores da habitação popular estavam tentando melhorar o ambiente dos favelados e o padrão geral da cidade em termos de amenidade e eficiência. Os interesses financeiros e comerciais estavam tentando manter os níveis dos valores comerciais e imobiliários nas áreas centrais, algo comprometidos por uma crescente população pobre.

No curso da história, as diferenças entre habitação e população já se fazia sentir na cidade de Roma, repercutindo cada vez mais as questões ambientais na saúde, consequência da especulação imobiliária em busca do lucro, como prática reconhecida, cita Mumford (2004, p.242):

Crasso, que fez uma fortuna fabulosa com propriedades de casas e apartamentos, gabava-se de que jamais gastara dinheiro em construção: era mais lucrativo comprar antigas propriedades parcialmente danificadas, a preço de liquidação, e alugá-las com ligeiros reparos. Projetos sistemáticos de destruição de cortiços, como o grande incêndio de Roma, naturalmente aumentaram a escassez de habitação e tornaram mais segura a posição dos vorazes proprietários.

Numa visão local como exemplo, as modificações urbanas no Rio de Janeiro vieram com a alteração da paisagem, drenagens de mangues, retificação de rios, desmontes (o desmonte do Morro do Castelo era o ícone do progresso). As drenagens e aterramentos tiveram início em 1641 na lagoa de Santo Antônio, atualmente, Largo da Carioca, como afirma Marques (1995). A transferência da capital do vice-reino de Salvador para o Rio de Janeiro, em 1763, fez com que os governos dessem maior atenção aos melhoramentos urbanos. Nos séculos XVIII e XIX, ocorreram as maiores intervenções, com o aterramento da lagoa do Desterro, da lagoa do Boqueirão da Ajuda, do pantanal de Pedro Dias. O aterramento da lagoa do Boqueirão propiciou uma área de 20 hectares, onde hoje localiza-se uma parte do Passeio Público. Já na década de 1850, o mangual de São Diogo foi aterrado surgindo o atual canal do Mangue e o Campo do Santana. Estas intervenções urbanas, deram lugar a uma 'prática' muito frequente, como diz Marques (1995, p:55): "comprar terrenos 'de fronteira' (praticamente sem valor) e,

através de obras de infra-estrutura, incorporá-los à malha urbana, permitindo a transformação do seu uso e incorporação dos sobrelucros fundiários”.

Neste cenário, a retirada de cortiços numa visão técnico-sanitarista, inaugurava para Chalhoub (1996), o fim da ‘era dos cortiços’ e a entrada do ‘século das favelas’. A construção e demolição do Cabeça-de-Porco⁴, Morro do Castelo foram exemplos considerados “num dos mitos de origem mesmo, de toda uma forma de conceber a gestão das diferenças sociais na cidade” (CHALHOUB, 1996, p.19).

Quando situamos um fato histórico na dimensão de um século, reportamos a percepção de um tempo distante, em termos numéricos, porém próximo na memória coletiva. As relações e consequências desta história, se tratando especificamente das questões da terra, se transformam na relação de *bem-uso* para *bem-valor*, ganhando assim dimensões de negócio e poder.

O período do Império no Brasil tornou-se um campo fértil na obra literária de Aluísio de Azevedo, “*O Cortiço*” de 1890, o micro-mundo de personagens, cujo foco principal está na liberdade. Liberdade tolhida pela ambição do capitalismo, levando a negociação de vidas e mortes.

A aquisição da terra, historicamente, situa-se por três tipos: doação, compra ou posse. *João Romão*, personagem principal da obra citada, avança em sua empreitada utilizando até de furtos para edificar sua fortaleza:

Hoje quatro braços de terra, amanhã seis, depois mais outras, ia o vendeiro conquistando todo terreno que se estendia pelos fundos da sua bodega; e, à proporção que o conquistava, reproduziam-se os quartos e o número de moradores. (AZEVEDO, 2005, p.14)

Para *João Romão*, “Desde que a febre de possuir se apoderou dele totalmente, todos os seus atos, todos, fosse o mais simples, visavam um interesse pecuniário. Só tinha uma preocupação: aumentar os bens.” (AZEVEDO, 2005, P.20)

⁴ Na obra *O Cortiço*, outro cortiço chamado “Cabeça-de-gato” era concorrência para João Romão. O termo cabeça-de-porco até hoje, é utilizado no senso-comum para designar várias moradias precárias num mesmo espaço.

Em seu artigo, Gomes (2009) acredita que as habitações coletivas são um marco, em meados do século XIX, nos tipos de moradias do Rio de Janeiro. E que representa a resposta da crise habitacional causada com o crescente aumento populacional (de 191.002 habitantes , em 1870, para 425.386, em 1890), nessa época, um outro fator associado ao anterior foi a possibilidade dos proprietários de prédios e terrenos aumentarem seus lucros⁵ através destes tipos de moradias. Para isso, esse proprietário: o ‘corticeiro’, como afirma este autor, “procura investir o mínimo possível e aproveitar ao máximo o terreno, o que explica a razão pela qual as moradias assumirão a forma de habitações coletivas e se caracterizarão pela precariedade e pela falta de higiene”.

O espaço e a cidade não são simplesmente objetos concretos de edificações, mas a produção e reprodução que o ser humano manipula. Sobre isso Santos (1997) afirma que “a essência do espaço é social” agindo assim, ser humano passa a atribuir um valor particular ao lugar, processo este chamado de *valorização do espaço* por Moraes (2005, p.35), este valor diferencia os lugares muito mais pelas características humanas e não apenas as naturais. Essa intervenção na paisagem altera o ambiente, desfigurando-o tornando-se um “elemento revelador” da sua história.

Na ausência de *melhoramentos públicos* a população, sintoma da desigualdade, representa a “resistência e sobrevivência”, expropriação e exploração, pelos vários agentes, passando a acomodar em condições precárias de saneamento básico. Em *O Cortiço*, as casinhas se multiplicavam já em torno de cem, avançando território, local privilegiado, dispondo de banheiro coletivo, bica para abastecimento d’água, condições para o trabalho das lavadeiras, a indústria têxtil ganha força: “aquele era o melhor ponto do bairro para a gente do trabalho.” Embora:

naquela terra encharcada e fumegante, naquela umidade quente e lodosa, começou a minhocar, a esfervilhar, a crescer, um mundo, uma coisa viva, uma geração, que parecia brotar espontânea, ali mesmo, daquele lameiro, e multiplicar-se como larvas no esterco. (AZEVEDO, 2005, p.21-22)

⁵ Abreu (1986, p. 49), citado por Gomes, afirma que o maior obstáculo à eliminação dessas habitações estava em razão deles serem uma enorme fonte de lucro.

No decorrer da história, os rios foram as primeiras “auto-estradas” no Egito e na Mesopotâmia, transporte e agricultura possibilitaram o surgimento das cidades em suas margens. Como personagem principal na sobrevivência do ser humano, sua função na era industrial o fez um canal mais barato para abastecer as indústrias, consumidora de grandes quantidades de água em troca de receber os dejetos, como resultado: poluição da água, “tem reflexos sanitários pois influirá na higiene e no ambiente podendo causar sérios danos à saúde humana” (MIRANDA, 2006, p.51). A água, sinal de vida e de trabalho também para as lavadeiras do cortiço de *João Romão*.

O abastecimento de água, esgoto sanitário e coleta de resíduos sólidos são pontos fundamentais nesta promoção de qualidade de vida. Na medida em que a população urbana acelera, observamos o perigo desses serviços não serem proporcionalmente diretos. É possível observar em áreas metropolitanas, locais sem atendimentos básicos, em que os rios que cortam a cidade tornam-se receptores do esgoto e lixo domiciliar. Cabe lembrar que, em 1862, o serviço de esgoto foi entregue por 90 anos, na forma de monopólio, “sem hesitações a companhia ‘The Rio de Janeiro City Improvements’, criada pela casa bancária inglesa Gleen and Mills” (BRAGA, 2012, p. 4). No entanto, uma comissão criada em 28/07/1873, pela Academia Imperial de Medicina, “julgou deficitário o serviço de esgotos da cidade, o qual comprometia a salubridade pública, e destacou, entre outros aspectos, a insuficiência do suprimento de água disposto para tal serviço” (FIOCRUZ, 2012).

A precariedade de saneamento não era questão relevante, em *O Cortiço*, qualquer espaço para ‘esticar’ o corpo numa cama depois da exploração do trabalho era válida, e ao acordar, bastava um ‘fio de água’, seguindo uma rotina:

Daí a pouco, em volta das bicas era um zunzum crescente; uma aglomeração tumultuosa de machos e fêmeas. Uns, após outros, lavavam a cara, incomodamente, debaixo do fio de água que escorria da altura de uns cinco palmos. O chão inundava-se. As mulheres precisavam já prender as saias entre as coxas para não molhar;... As portas das latrinas não descansavam, era um abrir e fechar de cada instante, um entrar e sair sem tréguas. ...as crianças não se davam ao trabalho de lá ir, despachavam-se ali mesmo, no capinzal dos fundos, por detrás da estalagem ou no recanto das hortas.” (AZEVEDO, 2005 p.32)

Por outro lado, a falta de saneamento, da favelização, dos riscos de deslizamentos se entrelaçam com as enchentes. É importante frisar, como diz Braga (2012, p. 2), que “as inundações são acima de tudo um problema social”, embora haja a presença de uma cheia da bacia hidrográfica há “as escolhas feitas por uma dada figuração social”. Sob essa ótica, este autor, indica a evidência de uma injustiça ambiental, pois muitas das transformações urbanas ocorridas no início do século XX, não alcançavam a população que foi obrigada a viver em favelas ou nas margens dos rios, reduzindo o canal de drenagem e de saneamento. Por certo, estas preocupações, não faziam parte do projetos dos urbanistas. Miranda (2006, p.48) indica duas causas para a degradação das águas urbanas, o aumento da população e as indústrias, salientando a importância da qualidade da água na própria saúde e sobrevivência do ser humano.

Oliveira e Souza-Lima (2006, p.39) ao desenvolverem o “caso da Vila Pantanal” em Curitiba, com relação ao rio Iguaçu, estabelece a preocupação da população investigada mais com o sistema *Sociedade* do que o sistema *Natureza*, embora possam parecer insensíveis às questões ambientais passam a ser reflexos de uma sociedade.

A natureza, assim como as personagens em *O Cortiço*, luta para sobreviver, estas acabavam cometendo suicídio ou enlouquecem com as decepções e amarguras, enquanto a natureza tem uma luta solitária em que o ser humano a domina e subordina aos seus caprichos. O quintal, os espaços de habitação são reduzidos na medida em que o capital crescia e estabelecia o seu poder, hoje este é espaço da laje ou calçada. No território travava-se uma luta, seja pela força de trabalho exaurindo o corpo físico seja pela busca de títulos nobres, reduzindo tudo ao capital,

Travou-se então uma luta renhida e surda entre o português negociante de fazendas por atacado e o português negociante de secos e molhados. Aquele não se resolvia a fazer o muro do quintal, sem ter alcançado o pedaço de terreno que o separava do morro; e o outro, por seu lado, não perdia a esperança de apanhar-lhe ainda, pelo menos, duas ou três braças aos fundos da casa; parte esta que, conforme os seus cálculos, valeria ouro, uma vez realizando o grande projeto que ultimamente o trazia preocupado – a criação de uma estalagem em ponto enorme, uma estalagem monstro, sem exemplo, destinada a matar toda aquela miuçalha de cortiços que se alastravam por Botafogo. (AZEVEDO, 2005 p.19)

Assim como o cortiço se multiplicava, a favela contemporânea avança os ecolimites urbanos. Bernardes (1961, p.52), ao traçar a expansão do espaço urbano no Rio de Janeiro, observa no século XIX

a existência, lado a lado, das “vilas” com residências pobres, de casas cercadas de grandes jardins, de casas estreitas nos já citados terrenos alongados, ou de pequenas ruas transversais – mais recentes – com casas de tipo bangalô.

Comparando com o século XX, o bairro Botafogo, cena da obra literária *O Cortiço*, a autora salienta já em 1960, “um novo aspecto à paisagem desses bairros as grandes favelas que hoje os enquadram.” Pode-se afirmar que a demolição dos cortiços, principalmente, a partir do final do século XIX, fez com que a favela, como afirma Braga (2012, p. 6), fosse a única alternativa “para uma população pobre que precisava residir próximo ao local de emprego”.

A degradação do ambiente repercute também frequentemente nos valores éticos do ser humano, tudo pode ser aceito desde que não desvalorize a sua propriedade. Enquanto *João Romão* no nível da ficção se preocupava no aumento das casas, “o que aliás não impendiu que as casinhas continuassem a surgir, uma após outra, e fossem logo enchendo, a estenderem-se unidas por ali afora, desde a venda até quase ao morro”. (Azevedo, 2005, p. 21), o que estava em jogo era o lucro e não as condições adequadas de moradia.

A política da época lançava no centro das discussões a visão sanitarista, a destruição dos cortiços insalubres se constituiu a ação para solução da saúde, não entrando em considerações o saneamento básico ou a exploração da força de trabalho vigente. A foto nº 1, representa o desmonte do Morro do Castelo e parte do Santo Antônio que já serviam como local da população proletária, com os cortiços se proliferando, vestígio a ser apagado da memória, era preciso sanear e educar a sociedade “moderna”.

Para a população cujo referencial era aquele “manto sagrado da cidade”, o arrasamento significaria o distanciamento dos serviços que o centro oferecia. Sair do centro representaria afastar-se do lazer que a rua sempre significou. As elites e as classes médias, desde o início do século, estavam tomando conta dos espaços públicos da cidade, mas isso não era novidade para os moradores pobres do castelo, que já o haviam transformado num grande cortiço. Muito antes das elites

“irem às ruas”, as lavadeiras, as prostitutas e os malandros faziam da rua a sua casa.” (SILVA, 2003, p.48)



Foto nº 1: Morro do Castelo

Fonte: Acervo do Arquivo Nacional

Disponível <<http://www.exposicoesvirtuais.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>>

Chalhoub (1996, p.22) ao traçar a relação entre “classes pobres” e “classes perigosas”, verifica um raciocínio a partir de uma abstração, porém sedimentado pelo método científico indutivo, em que partindo de um dado particular constatado, infere-se uma verdade universal. Os cortiços foram símbolos dessas generalizações, servindo como “quilombo urbano” por escravos representando esconderijos e lutas. Exemplo da personagem *Bertoleza* em *O Cortiço*. Este autor faz uso do termo *suspeição generalizada*, a ideologia do pobre era relacionada à doença sendo potencial para se tornar um “malfeitor”, cheios de vícios. Na obra literária de Aluísio de Azevedo, o cortiço passa a ser uma fábrica de vícios, loucuras, traições, entre outros, mesmo o trabalhador passaria a ser corrompido pelos estímulos do ambiente. Discursos usados por governantes no Império e assumidos pelos higienistas como exemplifica no trabalho do então prefeito Cândido Barata Ribeiro em 1877:

No cortiço acha-se de tudo: o mendigo que atravessa as ruas como um monturo ambulante; a meretriz impudica, que se compraz em degradar corpo e alma, os tipos de todos os vícios e até [...] o representante do trabalho [...] (apud CHALHOUB, 1996, p.51)

A saúde aliada ao paradigma dos higienistas tornou o ambiente “medicalizável”, as classes pobres poderiam ser comparadas à “vetores” perigosos para a sociedade, constituía-se assim a emergência nas demolições de cortiços e posteriormente as favelas. Inaugura o saber “sanitarista” com a diretriz de profilaxia porém numa visão restrita ao âmbito doméstico e classes pobres.

Aluísio de Azevedo explora em sua obra o ser humano e como pano de fundo o cotidiano do cortiço, com vida própria sendo palco das relações com o ambiente dentro de uma cumplicidade, aceitando mesmo as precárias condições de moradia, diferenciando dos chamados “urbanos”. Assim, o ambiente é mais que estrutura arquitetônica, é reconhecer as relações da existência humana em seu espaço e suas repercussões na própria manutenção da vida.

3.CONCLUSÃO

Entender o conceito de ambiente e sua visão prática nas relações sociais vai além das questões sanitárias, ecológicas ou econômicas, Leff (2006, p.111) aponta que “a análise do conflito social e o terreno estratégico do político que atravessam o campo do ambiental” foram deixados à margem. Na década entre 1970 a 1990 as discussões ambientais repercutiam em conferências e relatórios, porém muito ainda a conquistar além do escrito.

É importante ressaltar que ao se cruzar legislações brasileiras mais recentes, encontramos a palavra meio ambiente incluída na Constituição de 1988 assim como na Lei Orgânica da Saúde de 1990, em seu artigo terceiro, considerando um dos determinantes e condicionantes da saúde para bem estar físico, mental e social. O termo saneamento básico foi substituído por saneamento ambiental no Estatuto da Cidade

(2001) regulamentando artigos sobre meio ambiente na atual Constituição de 1988. É inevitável planejar saúde sem referir-se ao ambiente, enquanto o alvo é deslocado para o ambiente natural do entorno, o ser humano maquia a sua participação na deteriorização do ambiente como um todo, totalidade esta referida por Santos (2006).

Por sua vez, a colaboração, proteção, recuperação e fiscalização do meio ambiente são citadas na Lei Orgânica da Saúde, incluindo o saneamento básico. No entanto, dados referente ao censo 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), aponta que apenas 4,7% possui coleta de lixo através de serviço de limpeza somando a 29% que dão outro destino ao lixo, esse mesmo Instituto passa a incluir em seu censo desde 1950, a população em situação de favela e adota o termo *aglomerados subnormais*, no censo de 2012. Termo que pode significar e indicar também que os que vivem nestas condições estão abaixo do '*normal*'.

Santos (2008) conceitua urbanização corporativa a rede de agentes vinculados à expansão capitalista que são orientados para investimentos econômicos em detrimento dos sociais, exemplo que podemos observar em Conniff (2006), quando este cita a urbanização da zona Sul do Rio de Janeiro, como um exemplo, onde foram aplicados vultosos investimento comparados aos dos subúrbios, em que os agentes públicos envolvidos beneficiam a classe alta da cidade, moradora da zona Sul. No texto de *O Cortiço*, já fica claro este embate tão desigual, embora o cenário seja o centro do Rio de Janeiro.

Esses fatores se refletem no ambiente e nas condições de saneamento que, historicamente, retratam o contraste de uma época, em que ocorre a busca de um desenvolvimento econômico em detrimento das condições sociais. Santos (2007, p.155) irá refletir sobre uma outra questão atual, que permeia todas as outras: a "ideologia do consumo", que impregna o cidadão de mediações e aparências afirmando: "quando se confundem cidadão e consumidor, a educação, a moradia, a saúde, o lazer aparecem como conquistas pessoais e não como direitos sociais."

Assim, na ficção o Cortiço retrata:

"o verdadeiro tipo da estalagem fluminense, a legítima, a legendária; aquela em que há um samba e um rolo por noite; aquela em que se matam homens sem a

polícia desobrir os assassinos;...paraíso de vermes, brejo de lodo quente e fumegante, donde brota a vida brutalmente, como de uma podridão. (AZEVEDO, 2005, p.2005)

Nesse sentido, como vimos, acreditamos que *O Cortiço* possa ser uma obra que permita uma estratégia de ensino aprendizagem de caráter interdisciplinar, envolvendo a discussão dos aspectos literários (em geral, é indicado pelos professores de português), mas também acerca das questões urbanas, ambientais e históricas presentes, em seu texto. Trazendo à tona os aspectos históricos da urbanização da cidade e de meio ambiente, entre outros: saúde, saneamento, especulação imobiliária, aterramento, diferenças sociais, remoção, favela, conflito social, injustiça social.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, A de **O Cortiço**. Rio de Janeiro: Escala, 2005

BERNARDES, L M C. **Expansão do espaço urbano no Rio de Janeiro** – Revista Brasileira de Geografia, nº 23-3, jul-set. 1961. disponível
<<http://www.biblioteca.ibge.gov.br>>

BRAGA, D. D. C. **Inundações no Rio de Janeiro (1850-1930): Um caso de injustiça ambiental?**. Rio de Janeiro: Anais do XV Encontro de História da ANPUH. 2012.

BRASIL **Constituição Brasileira**, 1988.

_____ **Lei Orgânica da Saúde**. Lei N°8.080 de 19 de setembro de 1990

CHALHOUB, S. **Cidade febril. Cortiços e epidemias na Corte imperial**, Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1996.

CONNIFF, M L . **Política a no Brasil – A ascensão do populismo 1925 –1945**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2006.

COSTA, L M S A . **A paisagem em movimento: In Sobre o urbanismo**. MACHADO, D B P (orgs) – Sobre o urbanismo. Viana & Mosley . Rio de Janeiro: PROURB, 2006.

GLAZER, N; DAVIS, K; SJOBERG, G. et alli. **Cidades. A urbanização da humanidade**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar. 1977

GOMES, M. V. S. **O cortiço e a cidade: discutindo e re-construindo a geografia das habitações coletivas no Rio de Janeiro oitocentista.** 2009. Disponível em: <https://www.google.com.br/search?q=artigo+o+corti%C3%A7o+de+marcus+vinicius+silva+gomes&ie=utf-8&oe=utf-8&aq=t&rls=org.mozilla:pt-BR:official&client=firefox-a>

LEFF, E. **Epistemologia ambiental** .4ª ed, São Paulo:Cortez,.2006.

_____ **Racionalidade ambiental, a reapropriação social da natureza** . Rio de Janeiro:Civilização Brasileira, 2006.

MARQUES, E. C. **Da Higiene à Construção da Cidade: o Estado e o Saneamento no Rio de Janeiro.** Revista Manguinhos Vol. II (2). Jul-out 1995.

MIRANDA, A . C.; GOMES, H. P.; SILVA, M. O . **Recursos Hídricos: a gestão das águas, a preservação da vida.** São Paulo: All Print, 2006.

MORAES, A C . **Meio ambiente e ciências humanas** . 4ª ed. São Paulo:Annablume, 2005.

MUMFORD, L. **A cidade na história. Suas origens, transformações e perspectivas.** São Paulo:Martins Fontes, 2004.

OLIVEIRA, G B e SOUZA_LIMA, J E de (orgs). **O desenvolvimento sustentável em foco. Uma contribuição multidisciplinar.** São Paulo:Annablume, 2006.

ROSEN, G. **Uma história da saúde pública.** São Paulo. UNESP, 1994

SANTOS, M **Espaço e método** – 4ª ed. São Paulo:Nobel, 1997.

_____ **O espaço do cidadão** – 7ª ed. São Paulo:EDUSP, 2007.

_____ **A urbanização Brasileira** – 5ª ed. São Paulo:EDUSP,2008.

SILVA, L H P da **História do urbanismo no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro:E-papers. 2003

Endereço eletrônico:

Estatuto da cidade http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm. Acesso em 22 de set. 2012.

Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930) Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz – <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>. Acesso em 29 de set. 2012.